

A CULTURA NEGRA E A EDUCOMUNICAÇÃO
Uma proposta de intervenção por meio de vídeos de adolescentes
de uma escola brasileira

Paola Diniz Prandini¹

Resumo

Este estudo pretende propor a aplicação de conteúdos relativos à cultura negra nos espaços de educação formal, de forma educ comunicativa, a fim de que a união da comunicação com a educação seja capaz de tornar os alunos cidadãos conscientes e críticos. Nesse sentido, desenvolveu-se processo de pesquisa-participante em escola privada da cidade de São Paulo, entre os anos de 2008 e de 2009, a qual colaborou para a realização de nova pesquisa, em 2012, desta vez em escola municipal, a fim de identificar como a Educomunicação colaborou para o processo de construção coletiva a respeito da subjetividade da população negra e jovem da capital paulista.

Palavras-chave

Cultura negra. Educomunicação. Produção videográfica.

O paradigma da Educomunicação na abordagem etnicorracial

A educação formal divide seu espaço com modalidades não formais de aprendizado e disputa a atenção de crianças, adolescentes e jovens com diferentes tecnologias, sobretudo interativas como a internet e os programas de televisão atuais, com suas propostas de receber comentários e sugestões de reportagens do telespectador, além dos jogos de videogame, os *i-pods*, os celulares e outros aparelhos eletrônicos. Se o aluno pudesse, em um momento de tédio, ele apertaria um botão e desligaria o professor ou, ao menos, trocaria de canal. Nesse sentido, a seguinte pergunta vem à mente: como a escola procura dialogar e incorporar essa dimensão social?

Comunicação e educação são indissociáveis. Juntas, elas podem proporcionar uma nova realidade para a escola, facilitando o aprendizado e colocando em pauta assuntos e conhecimentos que antes não transitavam por estes espaços. Além disso, a união da comunicação com a educação é capaz de tornar os alunos cidadãos conscientes e críticos.

Hoje em dia, as pessoas, e especialmente os mais jovens, conhecem mais por meio do que olham e escutam, do que através do que lêem. A televisão, o rádio e a internet têm reposicionado tanto as fontes de conhecimento, os referenciais,

¹ Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. E-mail: paola@usp.br.

quanto o lugar que as pessoas ocupam na própria produção do conhecimento (QUIROZ, 2008, p. 125).

Descartar a importância dos meios de comunicação existentes na atualidade e vê-los como vilões no processo pedagógico demonstra-se ser uma atitude anacrônica, ultrapassada e um tanto quanto verticalizada, se pensada na relação professor-aluno dos dias de hoje. Afinal, os meios de comunicação de massa, principalmente, são representantes da cultura de uma sociedade.

Como forma de empreender espaços onde o conhecimento é trocado a todo o momento de forma horizontalizada e em que as ferramentas da comunicação estejam presentes como aliadas no processo de aprendizagem, acreditamos ser o processo educacional o mais condizente com a realidade dos dias de hoje, tanto de escolas públicas como de particulares. Para tanto, baseamos este estudo na seguinte definição:

Educomunicação é o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e de rádio educativas, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros de coordenação de educação à distância e outros (SOARES, 2002, p. 20).

Defendemos uma metodologia que enfoque gestão comunicativa, visando a construção de “um campo para planejamento e execução de políticas de comunicação educativa, tendo a criação e o desenvolvimento de ecossistemas comunicativos mediados pelos processos de comunicação e por suas tecnologias” (Soares, 2002).

Além disso, acreditamos que uma atmosfera em que a gestão comunicativa seja real e verdadeira influenciará a criação de um ambiente escolar que valorize a igualdade de oportunidades e que tenha o respeito pelo outro como pilar fundamental para a vida em sociedade e, dessa maneira, entendendo o objeto deste estudo como transversal à essa abordagem, possíveis situações de preconceito racial entre os frequentadores das escolas, sejam eles parte do corpo docente ou discente, poderiam ser erradicadas.

A dialogicidade verdadeira, que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. (...) qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (FREIRE, 1996 p. 67).

Cremos, também, que a utilização das ferramentas educacionais em sala de aula pode estimular o surgimento de veículos midiáticos na escola e que, a partir dessa transformação, os produtores dessas iniciativas podem passar a priorizar a abordagem das manifestações da cultura negra em seus veículos de comunicação, por exemplo. Um dos fatores mais importantes da prática educacional é a possibilidade de o educando envolvido nesse trabalho adentrar ao universo que, até então, lhe fora alheio, passando a tratar a temática referente ao negro não como “diferente” ou “do outro”, mas como conceitos que lhe são familiares e que merecem ser respeitados.

Afinal, segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, 97 milhões de pessoas se autodeclararam negras (pretas ou pardas) no Brasil. Além delas, 91 milhões de pessoas se autodeclararam como sendo brancas e outras cerca de 2,5 milhões se consideraram amarelas ou indígenas. Essa estatística revela o quão importante são a presença e as contribuições dos afrodescendentes em nosso país. Contudo, a ausência de uma reflexão sobre a questão racial no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais igualitárias entre alunos brancos e negros. A origem étnica condiciona um tratamento diferenciado na escola, tese comprovada pelo estudioso Abdias Nascimento:

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia predito a frase de Sílvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? [...] Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afrobrasileiros (NASCIMENTO, 1978, p. 95).

Cabe ressaltar, aqui, que ao utilizarmos o termo “negro” nesta pesquisa, estamos fazendo referência a todos aqueles que são comumente chamados de moreno, mulato, preto, pardo e, obviamente, negro. A partir dessa nomenclatura, queremos fazer menção às dimensões biológica, cultural, histórica e política desse termo.

Acreditamos que medidas para mudar o modelo de educação vigente no país devem ser tomadas. Temos, sim, que aprender e apreender as diversas características dos povos africanos e de sua densa cultura, na sala de aula. Foi assim que, em março de 2003, foi aprovada a Lei Federal nº 10.639/03, como possibilidade de minimizar a ausência de

temas relativos à cultura negra nos planos curriculares das escolas e para que a contribuição dos negros para a história do país pudesse ser valorizada e reconhecida no contexto educacional brasileiro.

A Lei Federal nº 10.639/03 prevê a inclusão de conteúdos sobre a História e a Cultura Africana e Afrobrasileira nos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio de todas as escolas brasileiras. Salienta-se que, em janeiro de 2008, decidiu-se aplicar uma emenda nessa lei, aprovando a Lei Federal nº 11.645/08, que além dos conteúdos sobre negritude, também institui o ensino sobre a História e a Cultura Indígena. É importante ressaltar que a Lei Federal nº 11.645/08 alterou o artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja, modificou a LDB.

Entendemos essas ações afirmativas, inclusive as Leis supracitadas, como protagonistas de mudanças, como políticas públicas brasileiras que devem ser respeitadas. Essas medidas visam garantir igualdades de oportunidades e de acesso a grupos discriminados pela sociedade, no caso negros e indígenas, e estão longe de serem ilegais, discriminatórias e criadoras de um “racismo às avessas”, como defendem alguns.

Uma prática educomunicativa no contexto privado de ensino

Com base na existência da Lei Federal nº 10.639/03, desenvolvemos um processo de pesquisa-participante acerca de conteúdos sobre cultura negra em uma escola privada de médio porte, localizada na zona norte da cidade de São Paulo. No ano em que foi realizada a pesquisa, a escola em questão possuía cerca de 1.200 alunos, sendo cerca de 6% autodeclarados de cor parda, 3% de cor amarela, 2% de cor preta e 89% de cor branca – conforme indicadores que constavam das matrículas dos estudantes.

Nossa tarefa, durante o ano de 2008, foi a de disponibilizar para o público discente da escola, durante os três trimestres letivos daquele ano, Comunidades de Aprendizagem sobre Cultura Negra. O intuito dessa iniciativa era dar o primeiro passo à aplicação da referida Lei no colégio, a partir de encontros semanais extracurriculares, realizados com 35 estudantes advindos do Ensino Fundamental II bem como do Ensino Médio.

Os principais objetivos das Comunidades foram: colocar os estudantes participantes dos encontros em contato com a cultura negra, de uma forma geral, abordando diversos temas e manifestações da cultura afrobrasileira, principalmente; e orientá-los na

utilização das ferramentas de comunicação, como nas redações de textos para veículos de comunicação impressos e digitais, na criação de reportagens para o rádio e na formatação de matérias no formato audiovisual.

Para a construção da análise deste artigo, iremos nos deter à produção, por parte desse grupo de alunos, de dois curtas-metragens produzidos autonomamente pelos eles, intitulados *Cotas raciais nas Universidades. Novo Racismo?*² e *Você é racista?*³. Estas práticas revelaram a importância do uso de vídeos para a sistematização de um novo *sensorium* (Martín-Barbero, 2001) no espaço escolar, nesse caso, em relação à discussão de temas relativos à identidade étnica.

Vale lembrar que, paralelamente ao conteúdo que enfatiza a temática central da atividade: a cultura negra, esta mediadora também capacitou os alunos no uso das ferramentas de comunicação. Para isso, a primeira etapa cumprida pelo grupo foi a divisão da equipe em funções, ou seja, foi escolhido(a) – por meio de votação – o(a) diretor(a) do documentário, que estava sendo criado naquele momento, bem como os(as) repórteres, os(as) editores(as) e os(as) cinegrafistas.

Para inserir os educandos no universo da cultura negra, utilizou-se filmes que enfocam a questão do respeito interracial, como o documentário “Olhos Azuis”, coordenado e protagonizado pela americana Jane Elliot⁴, baseado em workshops que a professora desenvolveu com grupos que queriam debater o racismo nos EUA, e curtas-metragens que tratam da mesma temática, como os produzidos pela campanha “Diálogos contra o racismo”⁵. Além do material fílmico, os educandos tiveram contato com textos e *sites* que têm como foco a negritude, como a agência de notícias Afropress⁶.

Após a realização dessas produções junto aos alunos, foi realizada pesquisa, envolvendo toda a comunidade escolar (alunos, pais, educadores e gestores da escola), a fim de se identificar os benefícios que tais dinâmicas poderiam ter trazido à realidade escolar naquele período.

² Curta-metragem disponível no link: <<http://www.youtube.com/watch?v=6XQyQACovQ4>>.

³ Curta-metragem disponível no link: <http://www.youtube.com/watch?v=q_cNDRAsiUA>.

⁴ Filme disponível para acesso no link: <http://www.youtube.com/watch?v=o_pS05t7liw&feature=related>.

⁵ A íntegra da campanha está disponível no seguinte *website*: <<http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/>>.

⁶ A página eletrônica da agência de notícias Afropress está disponível em <<http://www.afropress.com/>>.

Para destacar alguns dos dados a que nos deparamos, durante esta pesquisa, apresentamos o depoimento de um dos educadores entrevistados por esta pesquisadora: “os [alunos] que freqüentaram essa comunidade apresentaram uma nova maneira de ver a Comunicação, desenvolveram o senso crítico e a maneira de expor o que pensam”. Já um dos gestores ressaltou o fato de as temáticas acerca da cultura negra terem sido mais bem apreendidas pelos educandos: “Sinto-os mais críticos, vencendo preconceitos, encarando a realidade, solicitando justiça. Enxergando o negro não como detentor de uma cultura inferior, mas sim, como uma cultura diferente da sua. Muito rica e com muitas aprendizagens para partilhar”.

Dentro dessa mesma perspectiva, esta pesquisadora também identificou posicionamentos contrários à existência das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Em sua maioria, as críticas eram advindas do grupo de educadores e do grupo composto pelos coordenadores/direção entrevistados. Uma justificativa recorrente dada por eles era o fato de tais leis terem sido impostas, o que causava antipatia nos corpos discente e docente.

Tal posicionamento baseia-se, em substância, em um desconhecimento dos porquês de ter sido criada uma lei nesse sentido. Acreditamos que os educadores não levaram em conta o fato de que é possível explicar aos estudantes, a partir de pesquisas que eles próprios podem realizar na internet, que a referida lei é fruto de um amplo debate dentro dos movimentos que lutam por igualdade de tratamento para negros e índios. Além disso, é preciso ainda que se comente que boa parte das leis que regulamentam os conteúdos curriculares não passou por uma ampla discussão na sociedade, o que não quer dizer que isso não fosse necessário. Apenas fazemos alusão a esse fato, como forma de inseri-lo no contexto que tem marcado a história da educação no país.

Já no que diz respeito ao *modus operandi* de caráter educ comunicativo dos encontros ministrados junto aos alunos, pode-se identificar que a ponte entre conceitos relativos à cultura negra e a informação de caráter midiático sobre o tema, de acordo com os levantamentos realizados durante este trabalho, foi de extrema valia para os educandos e impactou, positivamente, o corpo docente da escola em que foi desenvolvida esta pesquisa.

Foi possível verificar que o modelo tradicional, construído sobre os pilares de uma educação bancária (Freire, 1996), realmente não atende às necessidades dos alunos e causam uma sensação de anacronismo, quando utilizados. A escola deve se abrir para as

transformações no que diz respeito aos modos de ensinar e de aprender. Deve saber lidar com as modernidades a que é colocada, utilizando o conhecimento formal e já ultrapassado a seu favor, ou seja, o cenário ideal é aquele que permite estabelecer conexões entre o que há de positivo e aquilo que realmente não pode ser mudado.

Além disso, em função do uso das tecnologias midiáticas durante as atividades das Comunidades de Aprendizagem sobre Cultura Negra, identificou-se um despertar dos educandos participantes na criação de seus próprios veículos de comunicação. A informação passou a ser vista como peça fundamental na disseminação de ideias e, por que não, na produção coletiva de conhecimentos sobre nosso tema principal: a cultura negra.

Verificamos, dessa maneira, que trabalhar com as tecnologias midiáticas é uma forma interessante e eficaz para o debate de qualquer assunto. Felizmente, também foi possível capacitar os participantes das Comunidades não só para a utilização dessas ferramentas, como também no desenvolvimento de uma leitura crítica da mídia, principalmente no que se refere ao tratamento que é dado ao negro e à sua cultura.

Outra prática educomunicativa, agora, no contexto público de ensino

Após a realização da pesquisa-participante em uma escola particular da cidade de São Paulo, conforme demonstrado acima, esta pesquisadora iniciou, no ano de 2012, novo estudo, dessa vez focado em abordagem sobre a construção da identidade – principalmente de cunho etnicorracial – de jovens pertencentes a uma escola pública situada na periferia da capital paulista, mais precisamente localizada no bairro de Lauzane Paulista.

Nosso intuito, a priori foi e ainda é – pois, no momento da redação deste artigo, a pesquisa segue em andamento, com prazo de finalização previsto para o final do ano letivo em curso - observar como as identidades aparecem por meio da linguagem verbal e como podem ser traduzidas em linguagem verbo-visual, a partir da construção – baseada em um processo educomunicativo – de vídeos com as histórias de vida de estudantes da 8ª série, atualmente considerado 9º ano do Ensino Fundamental.

A sala de aula em que desenvolvemos a pesquisa é formada por 30 alunos, entre 13 e 15 anos de idade, moradores da zona norte da cidade de São Paulo. Em sua maioria, são nascidos na capital paulista, tendo vivido, desde o nascimento, no próprio bairro em que se situa a escola em que estudam.

A ideia geral dos encontros com esse público tem sido motivá-los na produção de narrativas a respeito de si próprios, a fim de que construam sentidos a respeito da sociedade em que vivem e da maneira como compreendem o mundo do qual fazem parte e as peculiaridades identitárias que cabem apenas na descrição sobre si mesmos, permitindo enxergarem-se fora de si mesmos. Pois, como afirma Bruner (2001, p. 31):

A externalização produz um registro de nossos esforços mentais, um registro que fica “fora de nós”, e não vagamente “na memória”. É algo parecido como produzir um rascunho, um esboço, uma “maquete”. Esse registro prende nossa atenção como algo que, por sua própria conta, precisa de um parágrafo transicional, ou uma perspectiva menos frontal ou uma melhor “introdução”. Esse registro nos liberta, até certo ponto, da tarefa sempre difícil de “pensar sobre nossos próprios pensamentos”, embora frequentemente chegue ao mesmo objetivo. Esse registro incorpora nossos pensamentos e intenções em uma forma mais acessível a esforços de reflexão.

Ressalta-se que a escolha pela escola pública em questão se deu pelo fato desta ter sido uma das poucas escolas municipais da cidade de São Paulo que já haviam desenvolvido Projetos Pedagógicos voltados para a temática da diversidade e, que neste caso, segundo informações da Direção da escola, havia sido cancelado pelos próprios educadores da unidade, no ano de 2010, já que os mesmos diziam não saber como conduzir a proposta e percebiam uma falta de interesse por parte dos alunos sobre o tema.

Para tanto, desenvolvemos, na sala de aula pesquisada, uma abordagem educ comunicativa, em que todos os encontros com os estudantes acontecem numa atmosfera de interação, de troca de conhecimento, em que esta pesquisadora – ali numa posição de educadora/mediadora -, a todo o tempo, convida os educandos a exporem suas opiniões.

Como estratégia para a proposição de um ambiente de discussão coletiva, utilizamos filmes em cinco dos 16 encontros de que os alunos participaram. Como a duração das películas, geralmente, era condizente com o período disponibilizado pela escola para a ocorrência dos encontros (uma hora e meia, uma vez por semana), as aulas seguintes às exibições ficavam restritas às rodas de conversa a respeito dos fatos, das sensações e das críticas que surgiam por conta do que os estudantes haviam assistido. Para ilustrar os encontros realizados, apresentamos, abaixo, tabela em que detalhamos os conteúdos de cada um dos encontros ministrados:

Tabela 2: Planejamento rodas de conversa – 1º semestre/2012

FEVEREIRO	
	Reunião com professores em JEIF (reunião pedagógica)
	Apresentação oficinas para pais
MARÇO	
7	Dinâmica de apresentação do grupo Apresentação oficinas para grupo
21	Exibição filme "Meninas", de Sandra Werneck
28	Discussão filme "Meninas" (com dinâmica)
ABRIL	
4	Exibição do filme "Pro Dia Nascer Feliz", de João Jardim
11	Discussão filme "Pro Dia Nascer Feliz" (com dinâmica)
18	Exibição curtas "Onde você guarda o seu racismo"
25	Discussão curtas "Onde você guarda o seu racismo" (com dinâmica)
MAIO	
2	Exibição filme "Olhos Azuis", de Jane Elliot
9	Discussão filme "Olhos Azuis" (com dinâmica)
16	Dinâmica: redação de história coletiva
23	Workshop de fotografia I - com Maurício Silva
30	Dinâmica: fotografia de momento marcante na vida
JUNHO	
6	Continuação de dinâmica fotografia e exibição do filme "Jennifer", de Renato Cândido
13	Discussão filme "Jennifer"
20	Planejamento de atividades do segundo semestre
27	Workshop de fotografia II - com Diego Balbino

Nosso intuito sempre foi o de encontrarmos os seres humanos em construção por meio das conversas empreendidas. Numa tentativa de encontrar pessoas com as quais pudéssemos interagir, a fim descobrir mais sobre seus mundos, e por que não, enriquecer-nos (Alves-Mazotti, 2006). E que, assim, auxiliassem-nos a nos modificar, de forma a repensar os valores que já traziam produzidos em nossa mente frente à periferia em que moravam, à juventude que possuíam e aos dramas ou alegrias que julgávamos terem vivenciado. No entanto, buscávamos, também, manter a objetividade que necessitávamos ter frente ao objeto de estudo, já que não se tratava de uma troca de sentimentos apenas, mas de um estudo que prevê análise, crítica e questionamentos individuais, por parte desta pesquisadora participante, como também dos outros indivíduos envolvidos no processo condutor do ato de pesquisar.

A compreensão das subjetividades e das práticas requer que se busque relacioná-las às condições sociais em que foram produzidas, procurando ir além da mera descrição, contribuindo para o debate mais amplo e para a produção de

conhecimentos que possam ser apropriados por outrem (ALVES-MAZOTTI, 2001, p. 44).

Para finalizar, reiteramos que o referido estudo ainda está em curso, portanto a análise de dados coletados durante a pesquisa será embasada principalmente nas narrativas presentes nos vídeos com as histórias de vida dos educandos com os quais vimos interagindo. Portanto, nosso intuito é analisar uma amostra dessas produções, a fim de que possamos gerar conclusões a respeito das identidades presentes no grupo.

Entretanto, registramos, aqui, que as rodas de conversa já realizadas, ao longo do primeiro semestre letivo de 2012, podem ser visualizadas por meio de um vídeo-resumo, criado para fins acadêmicos e de posse desta pesquisadora, através do portal YouTube e do link a seguir: <http://www.youtube.com/watch?v=l_H4iuNqJKU&list=FLQg-2NX-7eAk7oO5coa7EEA&feature=mh_lolz>. A partir das discussões presentes nesse material, as narrativas desse grupo de jovens se faz presente e o modo como dialogam com a sociedade em que vivem – e em que constroem suas identidades – é parte central e ilustradora do intuito de nossa pesquisa nesse espaço de educação formal

Referências Bibliográficas

- ALVES-MAZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. In: **Cadernos de Pesquisa**. N. 113, p. 39-50, jul./2001.
- _____. Usos e abusos dos estudos de caso. In: **Cadernos de Pesquisa**. V. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez., 2006.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 13 out. 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pef/introducao.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2009.
- BRUNER, Jerome. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Acesso em: 10 set. 2012.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QUIROZ, Tereza. Jovens e socialização: entre o aprendizado e o entretenimento. **Matrizes**, São Paulo: nº 2, abr. 2008, p. 123-128. Disponível em: <http://www.usp.br/matrizes/atual_resumo.php>. Acesso em: 23 set. 2012.

SOARES, Ismar de O. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. BACCEGA, Maria Aparecida (org.). **Comunicação & Educação**. São Paulo; ECA/USP/Salesiana, nº 23, jan./abr. 2002.